

Article

Entre o Consumo e a Cidadania Ambiental – Dilemas Éticos entre Papeis Sociais e a Sustentabilidade

Mila Fonteles Barbosa Ferreira Costa¹, Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti²

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável. Docente no Centro de Ensino Unificado de Brasília. ORCID: 0 0000-0002-5852-1912. Email: mila.costa@ceub.edu.br

² Doutora em Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. ORCID: 0000-0002-7484-1799. Email: izabel.zaneti@yahoo.com

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre dois papéis sociais contemporâneos, que apresentam origens e construções divergentes e antagônicas, mas que perseguem o bem-estar social – o cidadão ambiental e o consumidor. Tal pesquisa se demonstra oportuna num cenário de preocupações legítimas com as questões ambientais, alvo de conflitos entre decisões e ações de cunho sustentável. O objetivo geral da pesquisa é evidenciar os principais dilemas éticos entre esses papéis sob a perspectiva da ética ambiental. Para tanto, os objetivos específicos são: descrever os conceitos de consumidor e cidadão ambiental, características e percepções epistemológicas; apontar os principais fatores geradores de conflitos entre os papéis de consumidor e cidadão ambiental; analisar as dinâmicas sociais que acolhem os papéis de consumidor e cidadão ambiental sob a perspectiva da ética ambiental. Esta pesquisa tem caráter qualitativo e a discussão foi feita através de análise bibliográfica e de conteúdo, com a construção de um mapa mental.

Palavras-chave: cidadania ambiental; consumo; sustentabilidade.

ABSTRACT

This article proposes a reflection on two contemporary social roles, which have divergent and antagonistic origins and constructions, but which pursue social well-being – the environmental citizen and the consumer. Such research proves to be opportune in a scenario of legitimate concerns with environmental issues, the target of conflicts between decisions and actions of a sustainable nature. The general objective of the research is highlight the main ethical dilemmas between these roles from the perspective of environmental ethics. Therefore, the specific objectives are to describe the concepts of consumer and environmental citizen, characteristics and epistemological perceptions; point out the main factors that generate conflicts between the roles of consumer and environmental citizen; to analyze the social dynamics that embrace the roles of consumer and environmental citizen from the perspective of environmental ethics. This research has a qualitative character, and the discussion was done through bibliographical and content analysis, with the construction of a mental map.

Keywords: environmental citizenship; consumption; sustainability.

Introdução

A responsabilização das ações humanas sobre as consequências que atingem o meio ambiente é hoje discussão recorrente em diversos ambientes e setores da sociedade. Essa pauta, em seu sentido mais amplo, trata de envolver os mais diversos atores, tanto indivíduos quanto organizações – públicas ou privadas –, e os impactos advindos de cada decisão tomada dentro das dinâmicas sociais em que participam.



Submissão: 10/12/2025



Aceite: 28/01/2026



Publicação: 18/03/2026



Dentre os papéis sociais reconhecidos e assumidos pelo indivíduo estão o de consumidor – cuja relevância pode ser mensurada por meio da atuação econômica – e o de cidadão – membro social imbuído de direitos e deveres, premissas e prerrogativas direcionadas à constituição de uma sociedade ajustada. Numa perspectiva das relações humanas, ampliada pela discussão sobre as questões ambientais, é que se propôs o conceito de cidadão ambiental, enquadrando a relação equilibrada entre indivíduo e meio ambiente como (i) elemento essencial à membresia social, (ii) premissa de maior relevância à condição de cidadania plena e (iii) direito humano essencial, assim reconhecido pela Resolução 48/13 da Organização das Nações Unidas (2021, n.p.), que trata “sobre o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU”¹, ali considerado como marco imprescindível à justiça ambiental.

Entende-se por justiça ambiental, de acordo Herculano (2008), o conjunto de princípios que garantem que nenhum grupo de pessoas seja submetido a parcela desproporcional de consequências ambientais negativas advindas de operações, políticas e programas governamentais ou de ausências e omissões. A injustiça ambiental, de acordo com a mesma autora, é compreendida como o mecanismo de destinação da maior carga de danos ambientais a grupos sociais discriminados, marginalizados e mais vulneráveis. Esses conceitos direcionam o entendimento inicial sobre o que vem a ser o cidadão ambiental, base para esta pesquisa.

O objetivo geral desta pesquisa é evidenciar os principais dilemas éticos entre os papéis sociais intitulados como “consumidor” e “cidadão ambiental”, sob a perspectiva da ética ambiental. Para tanto, os objetivos específicos são: (a) descrever os conceitos de consumidor e cidadão ambiental, suas características e percepções epistemológicas; (b) apontar os principais fatores geradores de conflitos entre os papéis de consumidor e cidadão ambiental; (c) analisar as dinâmicas sociais que acolhem os papéis de consumidor e cidadão ambiental sob a perspectiva da ética ambiental.

Para que esses objetivos sejam alcançados e que tragam respostas para as questões apresentadas, a pesquisa tem caráter qualitativo, com atuação descritiva e exploratória, e a discussão das informações apresentadas foi feita através de análise bibliográfica, com a construção de um mapa mental.

Desenvolvimento

Dentre os papéis sociais assumidos pelo indivíduo, considerando a ampla diversidade de cenários com os quais interage, destacam-se aqueles voltados ao consumo e à cidadania ambiental, como instrumentos de investigação das possíveis incompatibilidades que impedem uma atitude essencialmente sustentável. Inerente e essencial à sobrevivência humana, o consumo é condição de existência da vida biológica e não é passível de extinção. Já em face das relações humanas, o indivíduo, atuando como ser social, tem na cidadania ambiental sua condição básica para a compreensão apropriada das dinâmicas necessárias ao bem-estar social, incluindo nesse espectro a própria natureza.

Entre os papéis de “consumidor” e de “cidadão ambiental” – características e origem epistemológica

O consumo é condição à sobrevivência. A existência do consumo não indica, inicialmente, que há distorções de consumo em determinada sociedade. De acordo com Bauman (2008), há diferenças entre o consumo

¹ Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/150667-meio-ambiente-saudavel-e-declarado-direito-humano-por-conselho-da-onu>. Acesso em: 27 de jun. 2023.



e o consumismo, sendo este último uma condição advinda da modernidade líquida². O conceito de consumismo de Bauman representa tal esgarçamento do ato de consumir que chega ao ponto de desligá-lo integralmente da necessidade do indivíduo e associá-lo somente ao desejo.

Nesse ponto, a atuação do consumidor se dissocia de sua sobrevivência e adere a uma estrutura de produção e absorção de produtos pautada essencialmente no desejo, desenvolvendo características e ações que, tanto suportam o sistema capitalista, presente nas sociedades do consumo, quanto movimentam as economias locais, justificando sua transmutação de consumidor em consumista através do discurso extrínseco de geração de emprego e renda. Para Silveira et al. (2021), a sociedade contemporânea do consumo teve sua origem na Revolução Industrial, que induziu ao desenvolvimento tecnológico. Segundo Barbosa (2004), no entanto, o movimento que inicia a dinâmica do consumo que se conhece na modernidade, está na expansão do Ocidente para o Oriente, levando itens supérfluos e a sua ideologia individualista, ainda no século XVI. Ewen (2008, p.37, grifo do autor, tradução nossa):

Mesmo apelando aos instintos – sentimentos de insegurança social em últimos casos – era perceptível que o capitalismo poderia tornar homens e mulheres habituados à vida do consumo. Essa construção social de consumidores representou uma transformação das prioridades sociais e políticas que, a partir daí, caracterizou grande parte da “vida” do capitalismo industrial americano. A função da publicidade nacional era a criação de desejos e hábitos.

Para melhor compreensão do consumo na modernidade e, conseqüentemente, do papel do consumidor, como ator social, é importante perceber a alteração da percepção entre o valor de uso dos produtos, seu valor de troca e o fetiche da mercadoria, apresentado por Marx (2013). Segundo o autor, o valor de uso diz respeito a percepção de adequação da mercadoria a uma necessidade humana, o que o aproxima da sua utilidade. O valor de troca apresenta outros valores adicionados, correlatos ao trabalho necessário para que seja produzido e adquirido. O mesmo autor apresenta ainda o fetichismo da mercadoria, quando outras qualidades são adicionadas ao produto, obscurecendo as relações de exploração e de dominação predominantes nas dinâmicas capitalistas de produção (Marx 2013).

Baudrillard (2009) distingue valor de uso, valor de troca e valor simbólico das mercadorias, a partir de Marx, sendo o valor de uso a percepção da utilidade prática do objeto, o valor de troca a compreensão do seu valor monetário e o valor simbólico direcionado às necessidades artificiais, produzidas através de signos, e o consumo amparado pela lógica do desejo, onde nada é suficiente, impulsionando o sujeito ao consumismo.

Já o conceito de cidadania, a partir de Aristóteles, reconhece o cidadão não apenas pelo seu nascimento, mas pela possibilidade da sua participação na polis – a cidade das relações humanas. Essa concepção determina uma construção ativa, que inclui a participação nos assuntos de interesse coletivo, objetivando o bem social (Mendes 2010). A educação ambiental torna-se, portanto, o elemento necessário à transformação para a cidadania ambiental.

² Segundo Zygmunt Bauman, a Modernidade Líquida se caracteriza pela ausência de justificativa do consumo, uma vez que o excesso de oferta diluiria a relevância da necessidade e o prazer de acessar as mercadorias configuraria motivo suficiente para consumir - “satisfazer os desejos humanos de uma forma que nenhuma sociedade do passado pôde realizar ou sonhar” (Bauman 2008, p. 105).



Presente, pela primeira vez, nas discussões da Conferência da Universidade de Keele, em 1965, sem muita clareza a respeito do seu escopo, a educação ambiental teve destaque na Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorrida em 1992 – ECO-92, com a construção do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (UNCED 1992), por meio da determinação de dezesseis princípios que fomentam a consciência ambiental (Luzzi 2005).

Uma formação cidadã responsável demanda que os sujeitos-alunos, nos seus níveis de aprendizagem, compreendam as questões do meio ambiente, tanto em relação a problemas quanto a alternativas de sustentabilidade (Dias & Carneiro 2016, p. 402).

A educação para a cidadania ambiental deve romper com o individualismo e a indiferença e preconizar as questões de caráter comunitário, manifestando ações pela dignidade humana e pelo respeito à vida, através de pensamentos, reflexões e compartilhamento de informações e aprendizados que devem ser ativados coletivamente, para o alcance do bem comum (Herculano 1995).

Para Vega (2006), a ênfase aos direitos e obrigações para com o meio ambiente deve ser condição para o entendimento do conceito de cidadania ambiental, juntamente ao cuidado com a preservação dos recursos naturais, ao cuidado com os ecossistemas e com o foco na minimização dos impactos ambientais diante das dinâmicas que o contaminam.

Conflitos gerados pelos papéis sociais – consumidor x cidadão ambiental

Nota-se, portanto, que a construção do consumo, amparada pelo desejo – ilimitado e exclusivo, por definição – afasta a figura do consumidor do seu papel de cidadão, sujeito que existe a partir da vivência e percepção do coletivo, voltado ao bem-estar social. Enquanto o consumo exclui o indivíduo, tornando-o único em seus desejos e acessos, a cidadania ambiental inclui, tornando perceptível a necessidade de um olhar holístico do conjunto, da humanidade e do meio ambiente. A figura do consumidor perpetua, portanto, a

[...] cultura do consumo que enfatiza a individualização, a singularização, a rivalidade e a inveja (Gorz 2010, p. 22).

Apesar de inicialmente antagônicos, os papéis de consumidor e cidadão ambiental são necessários e importantes para a construção social. De um lado, o consumo suporta a dinâmica produtiva da sociedade capitalista, representando a principal receita das empresas, quer sejam de caráter público ou privado, tornando-as as principais geradoras de emprego e renda. Nessa perspectiva, o consumo é o impulso da necessidade de produção de bens e serviços – oportunizando a abertura de vagas de trabalho, aferindo renda aos indivíduos, que atuarão novamente como consumidores. Isso demonstra que a prosperidade da indústria é condição de sobrevivência para a própria sociedade (Keynes 1936/1996).

O papel de cidadão ambiental é igualmente necessário e imprescindível. Sujeito que compreende, convive e age em prol do bem comum e do meio ambiente, através de dinâmicas que inserem os princípios da sustentabilidade como pressupostos, formado a partir de uma cultura que percebe a natureza viva como condição de sobrevivência coletiva (Dias & Carneiro 2016).

Enquanto o consumo é considerado destrutivo e gerador de distorções de comportamento – como a cultura do consumo e do consumismo e a cultura do desperdício, suporta o mercado e a geração de empregos.



Enquanto a cidadania ambiental apresenta um olhar preservacionista e de cuidado com a natureza, direciona para a redução do consumo e para fabricação de produtos mais caros e menos acessíveis à população.

Surge uma questão que pode se tornar central para a discussão: a busca por equilíbrio entre as formas de subjetivação do sujeito, que diante do sistema capitalista que o emerge, tem os seus desejos coletivos suprimidos pelos seus desejos individuais, apontando para ausência da solidariedade, que poderia representar uma trava às desigualdades sociais (Barbosa & Francalanza 2021).

Segundo Battilana et al. (2015 apud Gottlieb et al. 2020), a existência de múltiplas lógicas gera tensões que podem ser interpretadas como incompatíveis ou paradoxais. As lógicas incompatíveis direcionam para a escolha entre uma lógica e outra. Já as lógicas paradoxais apresentam a integração como resposta, através da combinação ou de uma competição entre as lógicas.

Pode-se concluir que os papeis descritos de cidadão e de consumidor são reconhecidos como lógicas paradoxais em “zonas de negociação”, uma vez que, de acordo com Collins et al. (2007 apud Gottlieb et al. 2020), combinam perspectivas e criam novas dinâmicas e linguagens adaptadas às lógicas distintas existentes, determinando decisões e hábitos possíveis e contextualizados.

Dinâmicas sociais e culturas – A ética ambiental para a sustentabilidade

De acordo com Buckeridge (2019), a Ética Ambiental surgiu como campo de estudo na década de 1970 em decorrência da conscientização de que elementos não humanos da biosfera possuem valor. A rigor, o surgimento da Ética Ambiental se deu em grande conta como um elemento de contraposição à visão antropocêntrica de mundo a partir da cultura judaico-cristã predominante no mundo ocidental, pela qual a natureza sempre foi considerada e abordada a partir dos interesses do homem (Buckeridge 2019).

Em seu ensaio a respeito das raízes históricas da crise ecológica no mundo ocidental, a historiadora Lynn White (1967) afirma que os hábitos diários das culturas ocidentais são dominados por uma fé implícita no progresso perpétuo enraizada na teologia judaico-cristã, cujo pensamento encorajou a superexploração da natureza de forma a assegurar a supremacia humana sobre os outros seres vivos, bem como uma consciência de que toda a natureza fora criada para o uso do homem (Brennan & Lo 2016).

Em via contrária à proposta contida no conceito de Ética Ambiental, de questionar a fundamentação do pensamento ocidental quanto à natureza, sua existência e seu uso em função do homem, o consumo dissociado das necessidades de sobrevivência humana e atrelado ao desejo – consumismo, como estruturado no pensamento de Baudrillard (2009) e caracterizado no conceito de Modernidade Líquida de Bauman (2008) – representa a resistência do pensamento antropocêntrico em face do desafio de um novo olhar sobre a biosfera levando em conta o valor dos elementos não humanos.

Essa inversão de valores fez com que o homem moderno se voltasse para a tecnologia, para o mundo artificial e deu ênfase a esse novo projeto de vida: uma vida artificial em que a máquina e o computador são os elementos mais importantes de sua existência. Tornou-se mais interessante ver a natureza por meio de imagens em telas hitech do que admirá-la diretamente. As tecnologias e as publicidades sobre esses aparatos técnicos fazem com que sejam mais atrativas do que a natureza em si. O homo urbanus quer sentir o cheiro do óleo diesel, pisar no asfalto e adquirir produtos; a criança quer televisão e internet. Eis a difícil tarefa de se estabelecer uma ética voltada para a proteção do meio ambiente (Pereira e Horn 2009, p. 22-23).



Em suma, o consumismo é uma estrutura de comportamento humano que reflete a resistência cultural lastreada nos valores fundamentais da sociedade judaico-cristã diante de um novo *ethos* que posiciona o homem como partícipe – e não mais como centro – em pé de igualdade e relevância com todos os outros elementos da biosfera.

Nem uma ética anterior tinha de levar em consideração a condição global da vida humana, o futuro distante e até mesmo a existência da espécie. Com a consciência de extrema vulnerabilidade da natureza a intervenção tecnológica do homem, surge a ecologia. Repensar os princípios básicos da ética. Procurar não só o bem humano, mas também o bem de coisas - extra-humanas, ou seja, alargar o conhecimento dos “fins em si mesmos” para além da esfera do homem, e fazer com que o bem humano incluísse o cuidado delas (Jonas 1997, p. 40).

Ainda que se estabeleça uma ideia inicial de que a ética ambiental é concentrada no equilíbrio entre a ação humana e a preservação ecossistêmica, entre o consumo e a consciência ambiental, é necessário que se compreenda que não se tratam de elementos dicotômicos estáveis, mas complexos e multidimensionais. Decerto, a discussão sobre uma ética que corresponda às preocupações contemporâneas sobre as causas ambientais e seus efeitos, não elabora seus pressupostos a respeito de questões de fácil compreensão ou de um cenário simples.

Metodologia

Esta pesquisa tem caráter qualitativo e atua de forma descritiva e exploratória. A discussão utilizou-se tanto de análise bibliográfica quanto de conteúdo, com a construção de um mapa mental. De acordo com Martins e Theóphilo (2016 p.52), “uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema (...)”.

A comparação teórica foi o método utilizado para elucidação dos principais questionamentos sobre o dilema ético, objeto desse estudo. Com o intuito de construir uma nova percepção que transparea a interseção entre dois papéis reconhecidos socialmente, entende-se que a comparação teórica

Não significa que usamos experiência ou literatura como dados, mas sim, que usamos propriedades e as dimensões derivadas dos incidentes comparativos para examinar os dados à nossa frente (Strauss 2008, p. 85).

Foram demarcadas, tanto para a análise de conteúdo, quanto para a confecção do mapa mental, as seguintes categorias: as lógicas de sustentação da construção do papel social; os valores e as premissas comportamentais; a responsabilidade socioambiental; e o exercício de influência sobre o coletivo. A partir do arcabouço teórico, tornou-se possível ilustrar o estudo para melhor compreensão do leitor.

Dessa feita, o entendimento apresentado, produto desse estudo, é resultado da construção cognitiva, associada à análise comparativa entre a primeira percepção sobre o tema e a literatura, comparando a posição dos autores e a análise das categorias destacadas como referências para a compreensão dos constructos dos dois papéis apresentados em contraste.

As escolhas metodológicas apresentadas configuram o caminho escolhido para desenho dos resultados desta pesquisa.



O mapa mental, como objeto apresentado que compila as principais informações relacionadas nesta pesquisa, apresenta uma visão geral, agradável e estimulante sobre assuntos complexos, com a finalidade de facilitar a compreensão da construção cognitiva e estimular a criatividade (Buzan 2005). A decisão pela utilização desse método de apresentação, auxiliado por tecnologia da informação e comunicação, se dá, dentre outros motivos, pela mudança significativa da forma de interação da sociedade contemporânea.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) potencializaram a utilização da imagem e dos gráficos em todos os campos, incluindo a aprendizagem. Este aparato tem sua razão de ser, devido à estimulação cerebral que é provocada pelos sentidos, principalmente a vista, com esses recursos. Dispõe, também, de meios concretos facilitadores da visualização, denominados “organizadores gráficos”, entre eles o mapa mental. (Munõz-González, Ontoria-Penã & Molina-Rubio 2011, p.345, grifo do autor, tradução nossa).

Resultados e Discussão

O foco da discussão é, portanto, a construção de ideários que devem se manifestar nas conduções sociais. De nada adianta versar sobre conceitos importantes para o entendimento de uma nova conduta se, mesmo em favor da natureza e da sustentabilidade, pouco se realiza, tornando a ética ambiental alvo de críticas quanto a sua materialidade.

Através do conhecimento formado entre os conceitos, características e conflitos entre os papéis sociais propostos na análise desta pesquisa – consumidor e cidadão ambiental, a direção a ser seguida propõe a idealização de um papel convergente, que apresente associação e mediação entre as características e possibilidades de atuações que tragam resultados concretos, que minimizem e mitiguem problemas ambientais existentes, resistentes e severos.

Importa enfatizar que, enquanto a ética capitalista e do consumo determina ações para produção de bem-estar social a partir de postos de trabalho e acesso financeiro à solução das necessidades humanas, a ética ambiental direciona para a importância a preservação da terra – que ironicamente é condição para que a exploração capitalista continue viva.

Até agora não existe uma ética que trate da relação do homem com a terra e com os animais e plantas que nela crescem. A terra, como as escravas de Odisseu, ainda é considerada propriedade. A relação com a terra continua sendo estritamente econômica, acarretando privilégios, mas não obrigações (Leopold 2007, p. 30).

Assim, ora o cuidado social de sobrevivência suplanta a ética ambiental, ora a preservação da terra suplanta a ética do consumo. A questão é identificar a melhor entre três alternativas: (i) buscar o equilíbrio entre os papéis de consumidor e cidadão ambiental, (ii) entender um dos papéis como primordial no embate ético em prejuízo daquele considerado secundário, ou (iii) a concepção de uma terceira via, partindo de possibilidades como o surgimento/criação de novos papéis sociais de maior complexidade que abranjam de forma integrada consumo e cidadania ambiental. Seria a terceira via mais uma utopia sustentável?

A reflexão que permeia a construção desse estudo é claramente compreendida através do confronto entre o individualismo e o coletivismo, ideias que se apresentam como consequências das dinâmicas sociais e culturais



nas quais os indivíduos são imersos e que indicam visões antagônicas sobre a realidade. Segundo Kotler (2015), a autoestima de alguém é radicada na ordem social, em sociedades coletivistas e, caso atue em desacordo, torna-se alvo de críticas e vergonha.

Para as sociedades individualistas, de acordo com o mesmo autor (Kotler 2015), as pessoas pouco pensam sobre os impactos das suas ações aos demais membros da sociedade, desconsiderando o pensamento coletivo das suas decisões habituais. O livro *Bowling Alone*, de Roberto Putnam, citado por Kotler (2015), narra a respeito das pessoas que jogam boliche, um jogo para ser exercitado socialmente, sendo jogado individualmente, apresentando um cenário que se opõe ao pensamento sustentável.

A Figura 1 apresenta os principais resultados recolhidos a partir dos indicadores listados anteriormente, através das lentes dos autores que participaram da discussão, escopo desta pesquisa.

A análise de conteúdo é uma dentre as diferentes formas de interpretar o conteúdo de um texto que se desenvolveu, adotando normas sistemáticas de extrair os significados temáticos ou os significados lexicais, por meio dos elementos mais simples do texto (Chizzotti 2014, p.114).

As categorias para análise do arcabouço teórico abordado, determinadas para melhor compreensão do conteúdo estudado, podem ser descritas como:

- As lógicas de sustentação da construção do papel social – conjunto de teorias que explicam os motivos que orientam os indivíduos a assumirem papéis sociais, como expectativas comportamentais predeterminadas pelos grupos (Campos 2003).
- Os valores e as premissas comportamentais - o que importa ao indivíduo, transmutado em ideias e objetos que apresentam significados e orientações comportamentais (Thomas & Znaniecki 1927).
- A responsabilidade socioambiental – considerações sobre as consequências das escolhas e comportamentos por parte do indivíduo, tanto sobre o meio ambiente, quanto sobre o bem-estar social (Jonas 2006).
- O exercício de influência sobre o coletivo – impacto da atuação do indivíduo em seu papel social sobre a dinâmica coletiva, como consequência (Skinner 1953).

Adicionalmente, através da Figura 1, os dados e resultados da análise de conteúdo são destacados, através da comparação entre elementos que clarificam e explicam a existência dos dois papéis sociais, objeto desta discussão.



Tabela 1 – Análise por categoria

CATEGORIAS	CONSUMIDOR	CIDADÃO AMBIENTAL
Lógicas de construção do papel social	* Teoria do Consumo - Dentro do contexto capitalista e do liberalismo econômico, apresenta o consumidor como motor fundamental do sistema - impulsionando a produção e a acumulação de capital. * Outras Teorias Econômicas - Compra com base na utilidade, restrições orçamentárias e preferências. * Teorias Comportamentais - Motivação e percepção de satisfação na compra. Teorias Sociais - Influências dos grupos sociais e cultura do consumo.	Justiça Ambiental - Distribuição equitativa dos benefícios e ônus ambientais. * Ecologia Política - Relações entre poder, política e meio ambiente - reconhecimento do uso dos recursos naturais por interesses econômicos políticos. * Educação Ambiental - Investiga as causas da crise ambiental e capacita para as possíveis mudanças sociais. * Modernização Ecológica - Desenvolvimento econômico e proteção ambiental alinhados. Direitos da Natureza - Direitos intrínsecos da natureza.
Valores e premissas comportamentais	Valores: liberdade de escolha; garantia de qualidade; reparação por danos; segurança; acesso à informação e acesso à justiça. Premissas: vulnerabilidade; boa-fé; informação clara e completa; igualdade; intervenção estatal; reparação integral; prevenção.	Valores: sustentabilidade; responsabilidade; interdependência; respeito; ética. Premissas: conscientização; participação; educação; práticas sustentáveis; responsabilidade compartilhada.
Responsabilidade socioambiental	Busca por produtos de menor impacto ambiental; redução do desperdício; descarte adequado; apoio às empresas "verdes".	Consumo consciente; descarte correto dos resíduos; participação em ações ambientais; cobrança por práticas sustentáveis; educação ambiental; uso de tecnologias limpas; preservação de áreas verdes; atuação política.
Influência coletiva	Influência direta na produção e estímulo à inovação; modelagem das relações sociais e da identidade individual e coletiva - moda, tendência e estilo de vida.	Agente de transformação social e de defesa do meio ambiente, através de práticas que transparecem a responsabilidade pelo coletivo.

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

A Figura 2, a seguir, propõe uma visão das categorias de análise citadas na pesquisa, através de um mapa mental que deve fomentar, ao mesmo tempo, a compreensão e o incômodo das duas vias apresentadas no texto,



dos conflitos entre a ética do consumo e a ética ambiental. A comparação apresenta os aspectos de cada pensamento sem, no entanto, determinar um cenário maniqueísta.

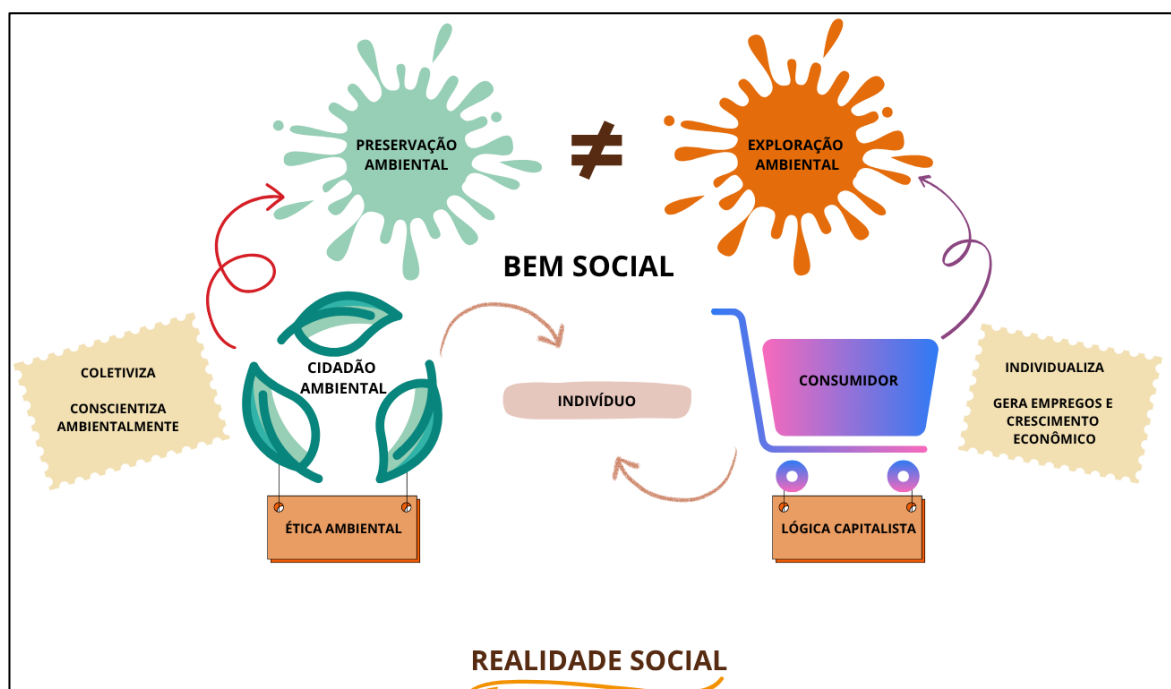


Figura 1 – Mapa mental – Consumidor e cidadão ambiental: conflitos éticos na dinâmica dos papéis sociais. Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Fica evidente que, apesar de divergentes e conflitantes, os papéis sociais em destaque nesse estudo objetivam o bem coletivo, em seus vieses social, econômico e ambiental.

Considerações Finais

A exposição apresentada por esta pesquisa direciona ao entendimento para a coexistência de duas lógicas conflitantes que suportam papéis sociais assumidos pelos indivíduos, em prol do pensamento sustentável. Para que a realidade da cidadania ambiental seja vivenciada, é importante ressaltar a relevância da educação ambiental na construção cidadã, como elemento diferenciador para conscientização e ação.

Uma vez que todos os indivíduos são, em essência, consumidores, já que buscam a sobrevivência através do acesso a elementos existentes no seu meio, a convergência entre os papéis de consumidor e de cidadão ambiental deve acontecer de forma a determinar influência, através da ética ambiental, nas práticas do consumo.

Através de Gorz (2010) é possível perceber a elaboração de duas lógicas institucionais de caráter humano, relacionadas aos papéis sociais de consumidor e de cidadão ambiental, que convivem em suas complexidades num cenário igualmente complexo e que coexistem, ainda que abracem valores e princípios diferentes e antagônicos.

Para maior aprofundamento na temática proposta e composição efetiva de defesa para uma possível terceira via de atuação, que determine a confluência entre os papéis sociais trazidos para discussão – consumidor e cidadão social, sugere-se a continuação desta pesquisa, com a utilização da etnografia e observação participante, em diferentes cenários e construções sociais.



Referências Bibliográficas

- Barbosa A. M; Fracalanza P. S 2021. Uma Reestruturação Ecológica: A Ecologia Política de André Gorz. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 61, pp. 177-208.
- Barbosa L 2004. *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 68 pp.
- Baudrillard J 2009. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70. 270 pp.
- Bauman Z 2008. *Vida para consumo*. Rio de Janeiro: Zahar. 101 pp.
- Brennan Andrew; Lo Yeuk-Sze 2016. Environmental Ethics, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N. Zalta (ed.). Available from: <https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/ethics-environmental/>.
- Buckeridge M. 2019. Bases Históricas e Científicas da Ética Socioambiental. *Ética Socioambiental*. (Eds: L.F. Flotit, C.A.C. Sampaio, A.Philippi Jr.), pp.152-160.
- Buzan Tony 2005. *Mapas Mentais e sua elaboração: um sistema definitivo de pensamento que transformará a sua vida*. São Paulo: Cultrix. 218 pp.
- Campos P H F 2003. A abordagem estrutural e o estudo das relações entre práticas e representações sociais. P. H. F. Campos & M. C. da S. Loureiro (Eds.), *Representações sociais e práticas educativas* (pp. 22-36). Goiânia: UCG.
- Chizzotti A 2014. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 6ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 144 pp.
- Ewen Stuart 2008. *Captains of Consciousness: advertising and the social roots of the consumer culture*. New York: Basic Books. 276 pp.
- Gorz André 2010. *Ecológica*. São Paulo: Annablume. 84 pp.
- Gottlieb S C et al. 2020. Hybrid Organisations as trading zones: responses to institutional complexity in the Shaping of Strategic Partnerships. *Construction Management and Economics*, 38(7), 603-622, <https://doi.org/10.1080/01446193.2020.1738514>.
- Herculano S 1995. A consciência da solidariedade. *Educador ambiental*. São Paulo: Ecopress, ano II, n.º 8, mar./abr. 5 pp.
- Herculano S 2008. O clamor por justiça ambiental encontra o racismo ambiental. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, 3 (1), pp.01-20. Available from: www3.sp.senac.br.
- Jonas Hans 2006. *O Princípio Responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. da PUC-Rio. 354 pp.
- _____ 1997. *Técnica, medicina y ética*. Barcelona: Paidós. 206 pp.
- Keynes John Maynard 1996. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Nova Cultural. 352 pp.



- Luzzi D 2005. Educação ambiental: pedagogia, política e sociedade p. 381-400). Philippi Jr A; Pelicioni M C F Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri: Manole. 878 pp.
- Martins G; Theóphilo C 2016. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. 3ª. Ed. São Paulo: Atlas, v.I. 264 pp.
- Marx Karl 2013. O Capital: Crítica da Economia Política. Volume 1. São Paulo: Boitempo Editorial. 894 pp.
- Mendes Ovídio Jairo Rodrigues 2010. *Concepção de cidadania*. Dissertação de Mestrado em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 189 pp.
- Munõz-Gonzalez J M, Ontoria-Penã A, Molina-Rubio A 2011. El mapa mental, un organizador gráfico como estrategia didáctica para la construcción del conocimiento. *magis, Revista Internacional de Investigación en Educación*, 3 (6), 343-361.
- Nações Unidas Brasil [home page on the internet]. Notícias - Meio ambiente saudável é declarado direito humano por Conselho da ONU. 2022. Available from: <https://brasil.un.org/pt-br/150667-meio-ambiente-saudavel-e-declarado-direito-humano-por-conselho-da-onu>.
- Pereira A O K; Horn L F D R (org) 2009. Relações de consumo: meio ambiente. Caxias do Sul, RS : Educs. 232 pp.
- Silveira Guaracy Carlos da; Lessa Bruno de S; Constante, Fernanda Lery P; et al 2021. Antropologia do Consumo. São Paulo: Grupo A. 174 pp.
- Skinner B F 1953. *Science and human behavior*. New York: Free Press. 461 pp.
- Strauss Anselm 2008. Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Porto Alegre: Artmed. 288 pp.
- Thomas W I; Znaniecki F 1927. The polish peasant in Europe and America. New York, NY: Alfred A. Knopf. 2250 pp.
- Vega Raúl Pacheco 2006. Ciudadanía ambiental global: un recorte analítico para el estudio de la sociedad civil transnacional. 156 pp.
- White L 1967. The Historical Roots of Our Ecological Crisis, *Science*, 155: pp.1203–1207; reprinted in Schmidtz and Willott 2002. 5 pp.